

Recriações do passado, memórias e identificações locais. O caso do general Prim em Barrancos

DULCE SIMÕES

Doutorada em Antropologia

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas /NOVA de Lisboa

mariadsimoes@gmail.com

RESUMO

Neste artigo questiono de que forma a figura do general Joan Prim i Prats (Reus, 1814-Madrid, 1870) serve para legitimar relações de ordem política e social no presente, a partir da seleção de fragmentos que conduzem à (re)construção da história e da memória das sociedades ibéricas. A partir de fontes documentais e bibliográficas, entrelaçadas numa etnografia intensiva desenvolvida na raia do Baixo Alentejo, analiso os usos políticos do passado em Barrancos, vinculados a lutas pela liberdade e pela democracia como inspiração para as gerações futuras. A dimensão cultural e simbólica da fronteira apresenta-se como o epicentro de uma memória social recriada por agentes sociais significativos, que se adaptam e resistem às variações intermináveis dos tempos históricos, sem abdicarem dos valores comunais como projecto de futuro.

PALAVRAS-CHAVES: fronteira hispano-portuguesa; usos políticos do passado; memória colectiva; iberismo; General Joan Prim y Prats; Barrancos (Baixo Alentejo)

ABSTRACT

In this article I question how the figure of General Joan Prim i Prats (Reus, 1814-Madrid, 1870) serves to legitimize relations of social and political order in the present, taking into account the selection of fragments that lead to the (re) construction of the history and memory of Iberian societies. From documentary and bibliographic sources, intertwined in an intensive ethnography developed in the raya of Baixo Alentejo, I analyze the political uses of the past in Barrancos, linked to struggles for freedom and democracy, as an inspiration for future generations. The cultural and symbolic dimension of the border presents itself as the epicenter of a social memory recreated by significant social agents that adapt and resist the endless variations of historical times, without foregoing communal values as a future project.

KEYWORDS: Portuguese-Spanish border; uses politicians of the past; collective memory; Iberianism; General Joan Prim I Prats; Barrancos (Baixo Alentejo)

1. INTRODUÇÃO: RECRIAÇÕES DO PASSADO

“Portugueses e espanhóis vamos de século para século minguando em extensão e importância, até não sermos mais que duas sombras, duas nações espectros, no meio dos povos que nos rodeiam!... e que tristíssimo quadro o da nossa política interior!” (Antero de Quental)¹.

“Nós, portugueses, temos muita dificuldade em conceber como um todo o corpo peninsular. Como história, como política, mesmo como cultura, em sentido profundo, a Península foram sempre “penínsulas” que se expressaram quer nos seus conflitos internos, quer nas suas relações diferentes com a Europa e com o mundo. Portugal e a Espanha viveram, durante séculos, destinos extremamente análogos, por vezes paralelos, mas sempre como dois actores” (Eduardo Lourenço)².

“Lo que a mí me parece es que, mirando hacia la Península Ibérica y viendo cómo realmente es un todo geográfico, no vale la pena que ciertos teóricos del nacionalismo portugués vengan a decir que las fronteras de Portugal están perfectamente justificadas, casi por una especie de determinismo antehistórico. No están, no creo que estén, no me parece que estén, pero la verdad es que, por el contrario, miramos la Península Ibérica y la vemos como un todo” (José Saramago)³.

A 27 de dezembro de 2012 iniciaram-se em Madrid as comemorações do bicentenário do nascimento do general Joan Prim i Prats (Reus, 1814-Madrid, 1870), com uma homenagem no Congresso dos Deputados presidida por Jesús Posada, que destacou o compromisso de Prim “pela liberdade e o espírito de concórdia”. No âmbito da homenagem foi apresentado o livro *Juan Prim y Prats. Discursos Parlamentarios* e inaugurada uma placa em mármore na fachada do Banco de España, perto da antiga Calle del Turco, onde Prim sofreu um atentado a 27 de dezembro de 1870 do qual acabaria por falecer a 30 de Dezembro. Na placa inscreveu-se um fragmento do discurso parlamentar proferido por Prim a 11 de novembro de 1862: “No olvidéis la sangre derramada por nuestras discordias políticas”, utilizado como mensagem significativa para as

¹ Antero de Quental: “Causas da Decadência dos Povos Peninsulares”, in Joel Serrão: *Prosas Sócio-Políticas*, Lisboa, I.N.C.M., 1992, p. 23.

² Eduardo Lourenço: *A Ibéria no contexto europeu*, 2013, p. 67.

³ José Saramago, in César António Molina: *Sobre el Iberismo y Otros Escritos de Literatura Portuguesa*, Madrid, Akal, 1990. p. 270.

lutas presentes e futuras da sociedade espanhola. As comemorações foram largamente noticiadas em jornais, *websites* e *blogs* que, em função das inquietações do presente, apropriaram-se do passado para recriar e explorar o assassinato de Prim, atribuindo responsabilidades ao republicano José Paul y Angulo⁴, ou para recordar o conflito entre Prim e a Casa Real, resgatando um excerto do discurso da tomada de posse como presidente do Conselho de Ministros em 1869, no qual jurou que os Bourbons não voltariam a reinar em Espanha:

“No debe aplicarse la palabra jamás, pero es tal la convicción que tengo de que la dinastía de los borbones se ha hecho imposible para España, que no vacilo en decir que no volverá jamás, jamás, jamás”⁵.

A imprensa espanhola comentou a importância do príncipe Felipe de Bourbon presidir aos trabalhos da “Sociedad Bicentenario General Prim 1814-2014”, constituída por individualidades políticas, académicas e militares responsáveis pelo programa das comemorações, como um gesto de “reconciliação” num tempo de lutas políticas, entre as quais a independência da Catalunha⁶. A 11 de setembro de 2013, em Tarragona, durante as celebrações do Día Nacional de Cataluña, os organizadores cobriram a estátua equestre do general Prim com a “Senyera estelada”, símbolo do independentismo catalão, utilizando Prim para uma luta que não perfilhara, considerando os seus ideários iberistas⁷. Em janeiro de 2014 foi inaugurada no Museu de Reus, terra natal do general, a exposição “Joan Prim i Prats”, junto ao mausoléu onde jaz o seu

⁴ Ver artigo: “José Paúl y Angulo, parlamentario” de Joaquín Herrán Prieto, *Trocadero*, núm. 2 (1990), consultado a 11 de fevereiro de 2016, URL: <http://revistas.uca.es/index.php/trocadero/article/view/1241>.

⁵ Ver artigo: “Homenaje al General Prim el mayor enemigo de los Borbones”, consultado a 11 de fevereiro de 2016, URL: <http://unidadcivicaporlarepublica.es/index.php/monarquia/casa-irreal/6228-homenaje-al-general-prim-el-mayor-enemigo-de-los-borbones>.

⁶ O príncipe Felipe de Bourbon participou na “Reunión de trabajo con la Junta Directiva de la Sociedad Bicentenario General Prim 1814-2014”, notícia divulgada pela Casa Real, consultada a 8 de fevereiro de 2016, URL: http://www.casareal.es/ES/Actividades/Paginas/actividades_actividades_detalle.aspx?data=11835.

⁷ Ver artigo: “Mientras el Gobierno se desentiende de la Conmemoración del Bicentenario del general Prim, los independentistas catalanes secuestran y destrozan su legado histórico”, consultado a 10 de fevereiro de 2016, URL: <http://85.214.222.163/index.php/noticias/confidenciales/2970-mientras-el-gobierno-se-desentiende-de-la-conmemoracion-del-bicentenario-del-general-prim-los-independentistas-catalanes-secuestran-y-destrozan-su-legado-historico>.

corpo mumificado. No âmbito das comemorações foi designada pela “Sociedade do Bicentenario” uma equipa multidisciplinar, das universidades Complutense de Madrid y de Alcalá, para examinar o corpo do general, como resposta à polémica “Comisión Prim”, criada por iniciativa do jornalista Francisco Pérez Abellán com o apoio da Universidad Camilo José Cela, que defendia o estrangulamento como causa da morte do general⁸. A 25 de novembro de 2014 foi inaugurada no Alcázar de Toledo, actual Museu do Exército, a exposição “Prim. De soldado a presidente”, que encerrou a 12 de abril de 2015 com um total de 115.439 visitantes⁹. O coronel Fernández del Barrio, secretário-geral do museu e comissário da exposição classificou Prim como “uno de los militares y políticos más influyentes del siglo XIX”, que “comenzó la Primera Guerra Carlista como soldado y la acabó como coronel, ascendido por méritos de guerra. Luego llegó la Guerra de África, y su participación en la batalla de los Castillejos (1860)”, salientando que,

“como político fue diputado, casi siempre en la oposición, y defendió ideas muy avanzadas, como la libertad de prensa o la libertad religiosa (...) uno de los artífices de la Constitución de 1869, elaborada por unas Cortes Constituyentes elegidas por sufragio universal, y llegó a ser presidente del Gobierno, además de ministro de la Guerra”¹⁰.

Para além de outros eventos foram apresentados treze livros sobre Prim, reunindo correspondência inédita e discursos parlamentares e novas abordagens sobre a sua vida e morte, na perspectiva de jornalistas, de historiadores espanhóis e de espanistas¹¹. A TVE associou-se às comemorações com a

⁸ Ver artigo: “Un estudio forense descarta que el general Prim fuese estrangulado”, consultado a 8 de fevereiro de 2016, URL: <http://www.elmundo.es/ciencia/2013/12/11/52a88ca863fd3d5e2b8b4574.html>.

Ver artigo: “La Comisión Prim halla la lista completa de los asesinos”, consultado a 8 de fevereiro de 2016, URL: <http://www.libertaddigital.com/sociedad/2012-06-12/investigadores-de-la-camilo-jose-cela-descubren-a-los-asesinos-de-prim-1276461050/>.

⁹ Ver artigo: “Prim, el hombre que buscaba un Rey, en el Museo del Ejército”, consultado a 8 de fevereiro de 2016, URL: <https://ejercitotierra.wordpress.com/2014/11/14/prim-el-hombre-que-buscaba-un-rey-en-el-museo-del-ejercito/>.

¹⁰ Ver artigo “Exposición Juan Prim y Prats, de soldado a presidente”, consultado a 8 de fevereiro de 2016, URL: <http://www.madridvillaycorte.es/exposicion-prim.php>.

¹¹ Das treze obras publicadas destaco Ian Gibson, *La berlina de Prim*, Planeta, 2013; María Del Mar Robledo, *La Muertes de Prim: Estudio Médico legal del general Prim*, Tebar, 2014 e José María Fontana, *Diálogos con el general Prim*, Ediciones Ágora, 2015.

produção do telefilme “Prim. El asesinato de la calle del Turco”, que estreou em dezembro de 2014, recriando o conturbado período político vivido entre a Revolução de 1868 e a coroação do rei Amadeo de Saboia, que conduziu à ascensão de Prim como presidente do Conselho de Ministros e ao atentado que provocou a sua morte¹².

Os usos e representações da figura do general Prim serviram para legitimar relações de ordem política e social, a partir da selecção de fragmentos que conduziram à sua recriação. Neste processo o passado transformou-se num “artefacto do presente”, com atributos configurados pelos gostos de hoje, e as suas particularidades estão sujeitas à preservação e selecção dos seus vestígios (Lowenthal, 1998). Ao ser construído, negociado e glorificado como fonte de identidade, este passado autenticado procura responder às inquietações do presente. Mas, para que o presente possa usufruir da herança do passado, é necessário que a memória seja articulada e retomada, com o objectivo de se construir uma memória social que faça uso do “tesouro perdido”. Porém, a “visibilidade” e o reconhecimento das memórias depende da força de quem as possui, como assinalou Enzo Traverso (2005), ao distinguir as “memórias fortes”, ou seja, as memórias oficiais, construídas e alimentadas pelas instituições, das “memórias fracas”, que permanecem subterradas, confiscadas e interditas (Traverso, 2005: 54). As comemorações atribuem visibilidade a acontecimentos e personagens do passado, e são um meio privilegiado de transmissão e conservação das memórias coletivas no interior dos grupos e das sociedades. A recriação do passado no seio de determinados grupos sociais e políticos permite-nos compreender qual a compreensão que estes têm da sua posição no presente (Connerton, 1999: 42). Desta forma, a memória resulta numa espécie de análise social, considerando que através da rememoração do passado os indivíduos e os grupos definem a sua própria identidade (Fentress & Wickham, 1994: 156). Como assinalou Manuel Castells (1998), as identidades constroem-se com materiais da história, da geografia, das instituições produtivas e reprodutivas, com a memória colectiva, aparatos do poder dominante e crenças religiosas que os indivíduos, os grupos sociais e as sociedades processam e

¹² Ver filme: “Prim. El asesinato de la calle del Turco”, TVE 2014, consultado a 12 de fevereiro de 2016, URL:

<http://www.rtve.es/alacarta/videos/prim-el-asesinato-en-la-calle-del-turco/prim-asesinato-calle-del-turco-pelicula-completa/2910141/>.

atribuem sentido, segundo as determinações sociais e os projectos culturais implantados na estrutura social ao longo do tempo (Castells, 1998: 29).

A 19 de fevereiro de 2016 o município português de Barrancos (Baixo Alentejo) celebrou os “150 anos da passagem do general Juan Prim por Barrancos”, com uma conferência que decorreu no Salão Nobre dos Paços do Concelho e o descerramento de uma placa no átrio da Câmara Municipal. Na abertura da conferência, o presidente da Câmara Municipal declarou que “o general Prim foi um revolucionário que mexeu com a história de Espanha do séc. XIX e de Portugal”, e que “Prim queria uma Espanha nova, progressista, em que a convivência e o diálogo imperassem”¹³. Ao longo da sua intervenção reafirmou uma identidade cultural raiana, baseada na solidariedade e na resistência, evocando simbolicamente as lutas pela liberdade e pela democracia travadas pelo general Prim, como inspiração para lutas futuras. Neste artigo, questiono de que forma os usos do passado em Barrancos obedecem a uma política de identidade, num mundo sem utopias, por meio da (re)construção de uma memória histórica ibérica, alicerçada nos valores da liberdade e da solidariedade.

2. HISTÓRIAS E MEMÓRIAS DAS LUTAS DE PRIM

*“En la calle del Turco / ya mataron a Prim / sentadito
en su coche / con la Guardia Civil”*

(Romance de cego)

A situação política vivida em Espanha (1866-1868), a entrada do general Prim em Barrancos com o seu regimento e estado-maior, o breve exílio em Portugal, a publicação do seu manifesto contra o governo de Isabel II, o aceso debate parlamentar que suscitou em torno do iberismo, a sua expulsão pelo governo português, assim como o destino dos militares espanhóis, foram temas amplamente divulgados pela imprensa, em artigos, manifestos e comunicados (Pereira, 1995; Cordeiro e Silva, 2010). Os jornais portugueses solidarizaram-se com os ideários revolucionários do general e acompanharam as diligências do governo português para acolher os oficiais e soldados, desde a entrada em

¹³ Conferência dos “150 anos da passagem de Prim por Barrancos”, ver galeria de fotos no site da Câmara Municipal de Barrancos, consultado a 10 de março de 2016, URL: <http://www.cm-barrancos.pt/eventos/GENERAL%20JUAN%20PRIM%20Y%20PRATS/index.html>.

Barrancos ao acantonamento em Peniche e Cascais, até ao exílio nas ilhas da Madeira e dos Açores (Cordeiro e Silva, 2010). Prim inspirou inúmeras publicações da época, nomeadamente a biografia publicada em 1866 com o intuito de dar a conhecer o carácter do “nobre campeão liberal”, apresentando-o como “um consumado herói, e não um simples aventureiro, como falsamente o tem pintado a imprensa ministerial espanhola”¹⁴.

A última etapa do reinado de Isabel II (1866-1868) foi claramente marcada pela deterioração do sistema político e pelo agravamento de uma crise económica que provocou profundas assimetrias sociais. A crise financeira causada pela euforia especulativa das desamortizações e pelo enriquecimento da oligarquia rural agravou as condições de vida das classes trabalhadoras, despojadas pelas desamortizações e empobrecidas pelas más colheitas. Como assinalou Cobo Romero (2009), a desamortização de bens eclesiásticos, civis e municipais promoveu um novo grupo social formado por uma elite de famílias de lavradores acomodados, detentores de importantes patrimónios. Esta nova minoria aliou-se à nobreza terratenente procedente do Antigo Regime, “fortalecendo uma nova classe dominante através de uma política matrimonial endogâmica, urdida a uma complexa rede clientelar” (Cobo Romero, 2009: 16). A representatividade parlamentar, por parte dos mais ricos de cada província, permitiu urdirem mecanismos de controlo social na base de concessão de favores, no clientelismo, no caciquismo, na administração seletiva da caridade e no controle absoluto sobre o mercado de trabalho, “criando uma nova oligarquia que confundiu a política com a propriedade” (Cobo Romero, 2009: 16).

Neste contexto político e social o general Prim conspirava e organizava sucessivos golpes militares falhados. A 2 de janeiro de 1866 encabeçou uma revolta militar em Aranjuez, arredores de Madrid que fracassou por falta de apoio, obrigando a uma retirada forçada e a uma longa jornada desde Villarejo de Salvanes até à fronteira portuguesa de Barrancos (Baixo Alentejo). A fuga de Castilla à Extremadura, de cerca de setecentos militares perseguidos por tropas

¹⁴ *Vida do General Prim chefe da última revolta em Hespanha*, Porto: Typ. de A. A. Leal, [1866], p. 3. Ver outras publicações da época publicadas em Portugal: A. Ribeiro Gonçalves, *A independência nacional e a Ibéria*, Lisboa, 1868; José Pinheiro de Mello, *A revolução de Hespanha e a questão ibérica: considerações a propósito*, Lisboa, J.V. Duarte Ferreira, 1868; *Prim* [Música impressa], tango de Rogel. Lisboa, Sasseti, 188-; Francisco Luiz Coutinho de Miranda, *A hora do crime: fantasia dramática em 1 acto a propósito do assassinato do General Prim*, 1871.

leais a Isabel II, transformou-se numa cruzada heroica que alimentou o imaginário popular, traduzido em memórias colectivas transmitidas de geração em geração, como recordou o historiador Francisco Espinosa Maestre:

“Ese asunto de Prim tiene para mí ciertas connotaciones familiares. Mi bisabuelo y mi abuelo materno tenían una herrería en la que se hacían armas y a la que habían recurrido carlistas y liberales durante el XIX. En este contexto recuerdo que siempre me contaron que, en su huida a Portugal, Prim pasó por mi pueblo y cambio de coche en la herrería de mi bisabuelo. Mi tía Carmen, hermana de mi madre, siempre me dijo que la tapa de cristal de su mesilla de noche (la mesa pequeña junto a la cama) era de una ventana del coche del general Prim” (Simões, 2013: 91).

A fuga dos “sublevados” (como foram designados pelo ministro da guerra de Isabel II e pela imprensa espanhola) foi notícia de primeira página e trespassou a fronteira portuguesa. As cartas e as comunicações das autoridades locais ao ministério da guerra, publicadas em diversos jornais, permitem-nos mapear o percurso destes homens pela Extremadura, como podemos ver no artigo do jornal *La Discusión* (Madrid), de 20 de Janeiro de 1866:

“*La Gaceta* de hoy publica los siguientes partes del ministerio de la Guerra. Badajoz, 19 de enero á las seis y seis minutos de la tarde. El general segundo cabo de Extremadura al ministro de la Guerra: “El alcalde de Fuente de Cantos, á las tres menos cuarto, me dice lo siguiente: A esta hora, que son las ocho y media de la mañana, se ha presentado en esta villa *un destacamento* de la columna mandada por el general Prim, que pasa en este momento por los extramuros de la misma, y han sacado 496 panes de dos libras, dirigiéndose hacia el punto de Fregenal de la Sierra”. Badajoz, 19 de enero á las ocho y cincuenta minutos de la noche. El gobernador al ministro de la Guerra: “El alcalde de Monasterio y un delegado que se encuentra en el mismo pueblo me confirman la, exactitud de haber pasado Prim por Fuente de Cantos a las ocho y media de la mañana, continuando sin detenerse hacia Fregenal de la Sierra”.

Monasterio, 19 de enero á las ocho y diez minutos de la noche. El delegado del gobernador de la provincia de Badajoz al ministro de la Guerra. El alcalde de Fuente de Cantos, por propio que recibo en este momento, dilo lo siguiente: “A las once de ésta misma mañana, como á dos leguas de distancia después de haber pasado los sublevados, ha llegado el Sr. Comandante Camino con su columna, dejándome orden de que tan luego como se presenten dos escuadrones les prevenga doblen la jornada para ver si puede dar alcance al enemigo”.

Puebla de Alcocer, 19 de enero á las ocho de la noche. El general Zavala al ministro de la Guerra: “Acabo de llegar á este punto con la mitad de la división, pasando el Guadiana la infantería en una barca y vadeándolo la caballería sin novedad, á pesar de su mucha agua. Mañana se me reunirá el resto de la fuerza. El espíritu de estos pueblos es completamente satisfactorio. Las tropas son recibidas con entusiasmo en todas partes”.

Monasterio, 19 de enero a las diez y cincuenta y nueve minutos de la noche. El alcalde al ministro de la Guerra. El alcalde de Segura en oficio de este momento me dice lo que copio: “A esta hora, que será la una y media de esta tarde, ha pasado por Ermita de los Remedios bastante inmediata á esta población, una porción de tropa del arma de caballería, que probablemente corresponderá a los sublevados, llevando la dirección á la villa de Fregenal”.

Badajoz 19 de enero á las doce y doce minutos de la noche. El gobernador el gobernador militar al ministro de la Guerra: “Según comunicación del alcalde de Fuente de Cantos, que recibo en este momento, el que siguió á los sublevados legó hasta el puerto de San Bernabé, a donde pararan a dar pienso, siendo su intención internarse en el día de mañana en el vecino reino de Portugal, acosados como van con denuedo á corta distancia por el comandante Camino, circunstancia sin duda que les hizo precipitara en marcha”.

Numa carta publicada no jornal *La Correspondencia de España* (Madrid), de 25 de Janeiro de 1866, um vizinho de Bodonal de la Sierra (povoação estremenha situada a 40 km da fronteira) relatava a passagem do regimento do general Prim por esta vila. O autor descreveu detalhadamente a exaustão de mais de seiscentos homens em fuga, as relações sociais que o general Prim estabelecia com as populações locais, e denunciava a apreensão de cavalos pelos militares:

“(.) Cuando se presentaron en la plaza [de Bodonal], algunos pocos soldados dieron escasos y lánguidos vivas al general Prim, a la libertad y abajo los consumos, fueron contestados por una docena de chiquillos que gritaban: ¡Viva Prim! Un paisano le dio un viva al pasar por una calle, y Prim contestó: “- ¡Me dais vivas, pero no venís conmigo con armas a defender la libertad y el bien que procuro para vosotros!”. Prim afectaba estar risueño y contento. Un pengarero que se hallaba labrando unas tierras contiguas al camino, abandonando la manquera se acercó a Prim; se detuvo este, el paisano sujetó el caballo del marqués, y preguntándole qué era lo que quería y se proponía, le contestó: “- ¡La libertad, el bien para los pueblos; que se rebajen las contribuciones y cuatro años de servicio a los soldados que me acompañan, y que desaparezca la contribución de consumos!”. El labrador se despidió respetuosamente y el general continuó su precipitada marcha.

Dos de los sublevados se separaron del camino, y dirigiéndose a la casa de un cortijo distante medio cuarto de legua, de D. Antonio Mario Claros (mi cuñado), se llevaron a viva fuerza un buen caballo con una magnífica montura a la royal, pues mi cuñado, ó un hijo suyo, había salido a paseo y dejó el caballo en el cortijo mientras se dirigió a ver la corta de unos pinares de su propiedad. Se ha dado parte a Prim del robo del caballo, y yo presumo que lo devolverán luego que entren en Portugal; al propio tiempo se ha dado conocimiento de este hecho al capitán general del distrito, al gobernador de esta provincia y al juez de primera instancia”¹⁵.

No Arquivo Histórico Municipal de Barrancos encontramos diversas cartas de alcaldes, provenientes de Zalamea de la Serena, Campillo e Encinasola, dirigidas ao administrador do concelho, a solicitarem a devolução dos cavalos que os oficiais de Prim requisitaram ao longo do percurso. Os documentos testemunham a entrega dos cavalos aos legítimos proprietários, e revelam alguns casos paradoxais, como o de Manuel Aquilino Alban, de Zalamea de la Serena, cujo cavalo fora vendido a José María Pérez Blanco, de Barrancos, por um dos oficiais que este acolheu em sua casa.

Os protagonistas da História não são apenas os governantes, os ministros e os deputados, mas também os administradores dos concelhos e as populações que participam na construção das relações políticas entre os estados ibéricos. O acolhimento em Barrancos ao regimento de “revolucionários espanhóis” do general Prim é representativo desta realidade, ao colocar o administrador do concelho no centro das decisões políticas e diplomáticas ibéricas. Para além de nos mostrar a função da fronteira como “lugar de refúgio” e as solidariedades de classe que desencadeia, como se verificou oitenta anos depois perante o fluxo de refugiados da guerra civil espanhola (Simões, 2013).

¹⁵ Ver artigo: “hace 150 años que el general Prim pasó por Bodonal camino de Portugal”, consultado a 12 de fevereiro de 2016, URL: <http://noledigasamimadre.queestoyhaciendo.foto.blogspot.com.es/2016/01/hace-150-anos-que-el-general-prim-paso.html>.



Fig. 1. Carta da alcaria de Zalamea de la Serena,
Arquivo Histórico Municipal de Barrancos.

3. BARRANCOS: DA PERIFERIA AO CENTRO DAS DECISÕES POLÍTICAS

*“Boundary stones are not the boundary itself.
They are not coeval with it, only its visible symbols”*

(Sidaway, 2002:157).

Num tempo em que os Estados modernos não tinham ainda formas de ordenação e controlo, a distância das povoações raianas em relação aos centros de poder permitia às comunidades maior autonomia na gestão dos seus assuntos. Por outro lado, o desconhecimento dos governantes em relação às periferias criava espaço para a resistência e a contestação (Scott, 1985 e 2003), aproveitando as fragilidades do sistema imposto (Godinho, 2009: 85). O desconhecimento do poder central sobre a vida das populações dos concelhos fronteiriços de Barrancos, Moura e Serpa, traduz-se claramente neste excerto de um debate parlamentar de 1861:

“Não temos estatísticas para avaliar o estado e progresso da agricultura em todos os seus ramos naquelas localidades. Todavia tenho presente um mapa da produção daqueles concelhos, relativo ao ano de 1788, cujos resultados, comparados com os que nos fornecem alguns documentos oficiais que se acham na repartição de agricultura do ministério das obras públicas, nos esclarecem um pouco este assunto. Pode esperar-se, sem incorrer na exageração, que a produção de cereais, azeite e lã tem aumentado desde o ano de 1788 até hoje, em 25 por cento nos concelhos da margem esquerda do Guadiana; porque a tanto monta a quantidade de terrenos que, desde aquela época, de novo se tem roteado para a cultura dos cereais e plantação, de olivedo. Do mesmo modo e em proporção igual têm também aumentado o número de cabeças de gado e a produção de carnes”¹⁶.

Quando o Tratado de Limites entre Portugal e Espanha foi estabelecido em 1864, para construir as diferenças nacionais e edificar uma efectiva distinção entre as localidades raianas de um e outro lado da fronteira, a integração dos habitantes na nação implicou a construção de uma diferenciação clara entre o

¹⁶ Câmara dos Deputados, Sessão nº 75, 1861-08-17, p. 2.318. Série Debates Parlamentares, Arquivo Histórico da Assembleia da República.

“nós” e os “outros”, essencial à criação de uma identificação nacional (Godinho, 2009: 85). O desenvolvimento da imprensa, com a difusão do romance, da literatura de cordel e dos jornais, foi igualmente estruturante na representação da nação como “comunidade política imaginada” (Anderson, 2005: 25). Assim como as corografias do séc. XIX, que ao mapearem e substancializarem o território situavam a aldeia de Barrancos a meia légua de distância da raia de Castela, com uma paróquia de trezentos e cinquenta vizinhos, pertencentes ao priorado da Ordem de Avis, “terra fértil de trigo, cevada e centeio, com muito gado, caça e montados, que tinha uns bons palácios, outrora dos condes de Linhares, comendadores de Noudar” (Costa, 1868: 421).

Na sequência da reforma administrativa introduzida pela Lei de 20 de Outubro de 1840, que reforçou a autoridade dos administradores dos concelhos, Barrancos foi designado como concelho do distrito de Beja. Em 1896, o novo Código Administrativo eliminou os concelhos de 3.^a ordem (com menos de 1.500 habitantes) e Barrancos foi anexado ao concelho de Moura durante um ano, seis meses e dezoito dias, sendo restaurado pelo decreto de 13 de Janeiro de 1898, devido à resistência e pressão das delegações locais junto do poder central (Costa, 1932: 258). Ao longo do tempo o poder do Estado apenas se fez sentir na periferia quando ameaçada a soberania jurisdicional e territorial, ou quando as populações locais exigiram a sua intervenção. Como assinalou Paula Godinho (2011), o Estado central era míope, distante e desconhecedor das vivências e necessidades locais, daí que sobrepor a lealdade de uma nação às relações localizadas foi uma tarefa difícil para os seus representantes (Godinho, 2011: 93). O desconhecimento do território e a incapacidade do Estado se impor na periferia está bem documentado num discurso proferido pelo deputado de Moura em 1861:

“O concelho de Barrancos dista sete léguas de Moura, cabeça daquela comarca. Os seus habitantes com dificuldade, e a muito custo, podem recorrer e implorar a justiça e protecção das autoridades em favor de suas pessoas e bens. A influência benéfica do poder central, que deve fazer-se sentir nas últimas extremidades do nosso território, chega ali alguma vez sem força para manter o prestígio da autoridade e exigir dos administrados o cabal cumprimento das leis”¹⁷.

¹⁷ Câmara dos Deputados, Sessão nº 72, 1861-08-13, p. 67. Debates Parlamentares. Arquivo Histórico da Assembleia da República.

O mesmo deputado alertava para as condições socioeconómicas do Baixo Alentejo, e para a necessidade de investimento na construção de uma estrada internacional traçada por Barrancos, que ligasse o Alentejo aos centros comerciais das províncias de Badajoz, Sevilha e Huelva, nos seguintes termos:

“Situada a vila de Barrancos no ponto fronteiro e mais próximo ao que serve de limites às províncias de Huelva, Sevilha e Badajoz, distante quatro léguas do Fregenal, onde vem reunir-se as estradas de Sevilha a Badajoz, de Huelva a Cáceres, é o ponto mais adequado para a saída de nossos produtos em procura dos grandes centros de consumo daquelas províncias de Espanha, e por intermédio delas abrir comunicações com todas as províncias meridionais daquele reino, e os portos do Mediterrâneo, cuja importância mercantil, ninguém desconhece, e convém que nós nunca esqueçamos”¹⁸.

A discussão em torno do desenvolvimento regional do Alentejo e da importância das vias de comunicação animou diversas sessões parlamentares, mas o concelho de Barrancos nunca beneficiou de vias de comunicação que o aproximassem dos centros políticos. Foram sempre os acontecimentos, nomeadamente a entrada de Prim com o seu regimento, que aproximaram Barrancos dos centros políticos¹⁹. Ao pedir asilo político e a guarda de todos os cavalos e armamento ao administrador do concelho, Manuel Cláudio Pulido, o general Prim colocou Barrancos no centro da diplomacia ibérica e nas primeiras páginas dos jornais²⁰. Manuel Cláudio Pulido, em conformidade com os acordos

¹⁸ “Situada a vila de Barrancos no ponto fronteiro e mais próximo ao que serve de limites às províncias de Huelva, Sevilha e Badajoz, distante quatro léguas do Fregenal, onde vem reunir-se as estradas de Sevilha a Badajoz, de Huelva a Cáceres, é o ponto mais adequado para a saída de nossos produtos em procura dos grandes centros de consumo daquelas províncias de Espanha, e por intermédio delas abrir comunicações com todas as províncias meridionais daquele reino, e os portos do Mediterrâneo, cuja importância mercantil, ninguém desconhece, e convém que nós nunca esqueçamos”. Câmara dos Deputados, Sessão n.º 72, 1861-08-13, pp. 67-68. Série Debates Parlamentares, Arquivo Histórico da Assembleia da República.

¹⁹ Na conferência proferida em Barrancos, a 19 de Fevereiro de 2016, o general Adelino Matos Coelho referiu que o general Prim planeava entregar as armas e cavalos ao oficial do destacamento militar de Encinasola, seu amigo e correligionário, e pedir asilo político a Portugal, mas a aproximação das forças militares de Isabel II frustraram essa intenção.

²⁰ Sobre a imprensa portuguesa neste período histórico, ver os estudos de Pereira (1995) e de Cordeiro e Silva (2010).

e tratados das soberanias vigentes, serviu de mediador na restituição do “armamento, cavalos com suas montaduras e arreios pertencentes aos Regimentos do exército espanhol de Husares-Calatrava e Bailén” aos emissários de Isabel II²¹. A entrega ficou registada num manuscrito encontrado na Secção de Finanças do Concelho de Barrancos na década de 1990, que nos permite conhecer a composição do estado-maior²². O comandante de carabineiros da província de Huelva e o capitão da Guarda Civil fundamentaram a devolução dos respectivos “bens da nação espanhola” nas relações existentes entre as duas nações, evocando “a boa harmonia que garantisse os tratados que as ligam e que esperavam assim fossem atendidos em sua reclamação lata”. O administrador do concelho de Barrancos ratificou a sua fidelidade ao rei de Portugal e à sua política, afirmando ser conforme com os interesses do Governo de Sua Majestade Isabel II, “a bem dos interesses daquela nação sua amiga e aliada, e a fim de provar sempre a cordial amizade que as liga”²³.

²¹ Representantes de Isabel II: comandante de carabineiros da Província de Huelva Juan Pozuelo y Salcedo, capitão e comandante Manuel de Arco y Gonzalez, tenente de carabineiros da Província de Huelva Pablo Alvarez, sub-tenente de carabineiros Santiago Ramos y Garcia e tenente Eugénio Perramon y Alejandro Suh; capitão da Guarda Civil e quarto tércio Miguel Garcia de la Chica, sub-tenente da Guarda Civil Agostinho Vargas Hita e subtenente da Guarda Civil Vitoriano Calvo y Muñoz. Ofício expedido pelo Administrador do Concelho ao Governador Civil do Distrito de Beja. Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Barrancos.

²² Regimento de Husares-Calatrava e Bailem: tenente general Juan Prim conde de Reus y Marquez de los Castillejos, brigadeiro Lourenço Milano, coronel Jose Marelo, chefe do Estado Maior Manuel Pavia, tenente-coronel Bernardo del Amo, tenente-coronel Manuel Sanches de la Fuente Casa Mayor, comandante Júlio Belarde, capitão Antonio Candalija, tenente Juan Infante, alferes Juan Navarro, auditor de guerra Francisco Monteordem, 1º oficial de administração militar Jeronymo Torero e 1º sargento de administração militar Julian Langa. Ofício expedido pelo Administrador do Concelho ao Governador Civil do Distrito de Beja. Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Barrancos.

²³ Pela administração de Barrancos assinaram a entrega Manuel Cláudio Pulido, administrador do concelho e António Mendes Caeiro, amanuense e escrivão autorizado por impedimento legítimo do escrivão actual. Ofício expedido pelo Administrador do Concelho ao Governador Civil do Distrito de Beja, Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Barrancos.

O acontecimento foi divulgado na imprensa dos dois países ibéricos, e ficou registado na sessão de 26 de janeiro de 1866 da Câmara dos Digníssimos Pares do Reino:

“Ministério dos negócios estrangeiros. - O ministro de Espanha em Lisboa participa ao Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros em telegrama de 22 que o governo português acabara de receber um despacho telegráfico do governador civil de Beja, comunicando que o general Juan Prim, Conde de Réus e Marquês de los Castillejos, se tinha apresentado às autoridades de Barrancos com o seu Estado Maior e uma força proximamente de 600 cavalos, declarando estar disposto a fazer entrega dos mesmos e mais do armamento e equipamento à pessoa que para esse fim fosse comissionada pelo governo espanhol, e que para o mais aguardava as ordens do governo de Sua Majestade as quais cumpriria pontualmente”²⁴.

No estudo que desenvolvi em Barrancos (2006-2010) as memórias do general Prim estavam circunscritas aos descendentes das antigas elites rurais que o acolheram em Janeiro de 1866²⁵. De forma fragmentada o passado era recriado nas narrativas que recolhi junto de alguns descendentes destas famílias, que recordavam o retrato autografado, oferecido por Prim ao administrador do concelho, e as espadas fabricadas em Toledo, que alimentaram os imaginários e as brincadeiras de infância. Como assinalou David Lowenthal (1998) um passado destituído de relíquias parece ténue demais para ser plausível, desta forma as relíquias tangíveis também representam a identidade do grupo social, como símbolos duradouros da história e da memória. Ao preservarem a história, a memória e as relíquias como “capital simbólico” (Bourdieu, 2001) das gerações futuras, apropriaram-se de Prim para contar a história familiar. Segundo a memória dos meus informantes o general ficou alojado em casa de José Jerónimo Vázquez (Almendro, 1797 - Amareleja, 1877), abastado proprietário rural de origem andaluza, e os oficiais em diversas casas de familiares. Na obra *Amareleja Rumo à sua História*, o padre João Rodrigues Lobato refere-se à “guerra do Prim” para

²⁴ Diário da Câmara dos Digníssimos Pares do Reino, Sessão nº 13, 26-1-1866, p. 259. Série Debates Parlamentares, Arquivo Histórico da Assembleia da República.

²⁵ Como assinalou Maurice Halbwachs, a memória colectiva constrói-se no interior dos grupos sociais e “as recordações são uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente”, *A Memória Colectiva*, São Paulo, Centauro Editora, 2004, p.75.

evocar o refúgio temporário do general na povoação vizinha de Amareleja (Moura – Baixo Alentejo), em casa de Domingos Garcia Esteves (familiar de José Jerónimo Vázquez), “a quem ofereceu como recordação um retrato autografado, uma espada fabricada em Toledo em 1820, e um belo cavalo que também ficou célebre e conhecido pelo cavalo do Prim” (Lobato, 1961: 40-41).



Fig. 2. Espada exposta no Museu Municipal de Arqueologia e Etnografia de Barrancos

Após a estadia na Amareleja o general Prim partiu para Lisboa e foi acolhido em casa do marquês de Niza, membro da Câmara dos Digníssimos Pares do Reino, que serviu de intermediário nas conversações com o governo português para oficializar o seu exílio em Portugal. Mas a divulgação de um manifesto que Prim publicou na imprensa espanhola contra o governo de Isabel II, bastante difundido na imprensa portuguesa, gerou alguma tensão junto da classe política e intensificou o debate em torno do iberismo. Preocupações de natureza diplomática levaram o governo português a expulsar o general pelo incitamento à revolta, provocando um aceso debate parlamentar tanto na Câmara dos Pares como na dos Deputados. Na sessão da Câmara dos Dignos Pares do Reino, de 22 de Fevereiro de 1866, o marquês de Niza, amigo pessoal do general,

insurgiu-se contra a decisão do governo²⁶. Mas nem todos os Deputados e Pares do Reino partilhavam das mesmas simpatias pela causa de Prim, embora o admirassem como “homem de génio e esforçado político”²⁷. O governo e alguns deputados viam-no como uma ameaça às boas relações diplomáticas entre Portugal e Espanha, ao aproveitar o asilo político para conspirar contra Isabel II²⁸.

²⁶ Excerto da intervenção do marquês de Niza: “Não repetiria o que se passou nos dias 16, 17 e 18 entre o governo e o general Prim, e o que precedeu a sua vinda a Lisboa, narração que já se fez na outra casa do Parlamento, se não tivesse de acrescentar algumas coisas de que só ele foi testemunha por ter sido o intermediário, e como representante do general. Fazendo essa história, chegou ao manifesto no qual não achou nada que pudesse outorgar o procedimento do governo contra o general, que levou o seu escrúpulo a não o datar de Portugal, e a não permitir que aparecesse um só exemplar aqui antes de ser publicado em Espanha. Por outra parte o general, tendo entrado aqui, e prescindido de qualquer subsídio, não podia deixar de ser considerado um cidadão como qualquer outro, somente responsável perante as leis, do país, as quais o manifesto por nenhum modo ofende. Protestou contra a taxa de iberismo, que se lançava ao movimento do general Prim, para alhear dele as simpatias dos portugueses, afirmando que aquele general não queria a ibéria, como declarou ainda ultimamente num jantar que lhe tinha dado, e para o qual convidara alguns amigos. E considerava como uma prova de que não havia nada aqui de iberismo a circunstância de estar defendendo nesta câmara a causa daquele general”. Câmara dos Digníssimos Pares do Reino, Sessão nº 23, 1866-02-22, p. 566. Série Debates Parlamentares, Arquivo Histórico da Assembleia da República.

²⁷ Excerto da intervenção do marquês de Vallada: “Levantou-se no país vizinho o estandarte da insurreição; e o caudilho ilustre que lhe ia à frente, mal sucedido, não encontrando o apoio que esperava, teve de abandonar o seu país, atravessou a fronteira e vem pedir hospitalidade a esta terra, acolhendo-se à sombra da bandeira portuguesa. Que sucedeu então? (...) O general Prim escreveu e fez publicar o manifesto, cujas frases escuso de ler à câmara, que perfeitamente as conhece, e cujo espírito não é menos patente”. *Idem*, Sessão nº 23, 1866-02-22, p. 569.

²⁸ Excerto da intervenção do presidente do governo, Joaquim Augusto de Aguiar: “O governo entendeu que o manifesto era uma provocação à revolta, e provocação feita por um general que se tinha colocado à frente de um movimento revolucionário, e que, tendo sido infeliz, viera pedir asilo a este país. Eu podia aqui ler a parte do manifesto que contém uma verdadeira proclamação incendiária; é o último parágrafo do manifesto: mas não o farei. Cumpre-me porém dizer que se procurou de propósito desviar a atenção deste último parágrafo, fazendo se crer que as passagens do manifesto, que principalmente promovem o procedimento do governo contra o general Prim foram duas, uma das quais até não tem, no meu entender, significação alguma, que é aquela em que se diz que o general Prim fora oficialmente recebido com todas as demonstrações de estima e de carinho. Nisto não acho inconveniente, porque sou o primeiro a confessar que oficialmente ele recebeu toda a qualidade de demonstrações, pois o governo recomendou às diferentes autoridades que tanto ao general Prim, como a todos os seus companheiros

4. FRAGMENTOS DO PASSADO NA IMPRENSA PORTUGUESA

“(...) Prim (...) um nobre campeão liberal (...) um consumado herói, e não um simples aventureiro, como falsamente o tem pintado a imprensa ministerial espanhola (...)” (A. A. Leal, *Vida do General Prim chefe da última revolta em Hespanha*, Porto, Typ., 1866, p. 3).

A situação política vivida em Espanha e a entrada do general Prim em Portugal tiveram grandes repercussões na imprensa portuguesa, através de publicações, notícias, comentários, manifestos, proclamações e comunicados, expressando os respectivos posicionamentos políticos e ideológicos, sobretudo em contexto “revolucionário”. O *Álbum Literário* (Coimbra) publicou um artigo intitulado “Ibéria”, no qual manifestava a admiração pelos ideários revolucionários do general Prim, e evocava o passado para justificar os receios de uma união ibérica como projecto de futuro:

“Continua a revolução em Espanha, tantas vezes dada como sufocada pelas participações oficiais. Prim, que se dizia em retirada, depois de haver abandonado os revoltosos, acha-se cercado de maior número de seus concidadãos que a todos os momentos aderem à sua causa e procuram alistar-se em suas bandeiras. Para uns a revolta de Prim é apenas anti-ministerial (...) Para outros, as vistas de Prim vão mais longe, a revolta é ibérica, tem raízes em Espanha e Portugal; tende à fusão dos dois povos da península”²⁹.

O mesmo jornal noticiara a entrada de Prim em Barrancos, “no dia 20 de janeiro pelas 3 horas da tarde com o seu estado-maior e 800 soldados de cavalaria”, referindo que “restituiu às autoridades espanholas os cavalos e armamento”³⁰. A 25 de fevereiro noticiou que Prim fora intimidado pelo governo português a sair de Portugal na sequência do manifesto que fez publicar em

de infortúnio se fizessem todos os bons ofícios reclamados pelo direito de hospitalidade, sem contudo se perderem de vista os deveres e os bons ofícios para com uma nação vizinha e amiga. O governo viu que se dizia ter sido publicado originariamente em Espanha o manifesto de que retrata, sendo aliás certo que tinha sido escrito, assinado e publicado em Portugal; e tanto isto é assim, que o próprio general Prim reconheceu o manifesto como seu, e verdadeira a assinatura” (*Idem*, p. 567).

²⁹ Ver *Álbum Literário. Jornal literário e noticioso*, de 25 de Janeiro de 1866, p.1.

³⁰ Ver *Álbum Literário. Jornal literário e noticioso*, de 25 de Janeiro de 1866, p. 24.

alguns jornais espanhóis, e que foi transcrito pela imprensa portuguesa, realçando que “grande parte da imprensa portuguesa tem-se manifestado hostil, a este passo do governo, que classificam de despótico”³¹. O jornal *Braz Tisana* (Porto) acompanhou detalhadamente o breve exílio do general, a publicação do seu manifesto e a expulsão de Portugal, e avançou com uma estimativa de 1.014 oficiais e soldados espanhóis emigrados em Portugal, fugidos ao “governo paternal de Isabel II”. O jornal solidarizou-se com os ideários revolucionários e acompanhou a odisséia dos militares, desde a entrada em Barrancos ao acantonamento em Peniche e Cascais (Leiria e Setúbal para alguns oficiais), a transferência para as ilhas da Madeira e dos Açores, e os subsídios alcançados do governo português e de associações particulares para a sua sobrevivência económica³².

O governo português, receando a preparação de um movimento insurrecional dos exilados espanhóis em Portugal, mobilizou vinte e quatro mil reservistas do exército para fazer face a possíveis ameaças à ordem pública e decidiu transferir os “revolucionários espanhóis” para os arquipélagos da Madeira e dos Açores. Nos Açores o contingente foi dividido pelas ilhas de S. Miguel e da Terceira, e, segundo a imprensa local, na ilha de S. Miguel foram acolhidos entre dez a quinze oficiais e na Terceira duzentos e cinquenta e quatro “emigrados” (Cordeiro e Silva, 2010: 181). Os comandos militares receberam subsídios do governo português pelo acolhimento e vigilância dos espanhóis, que ficaram instalados no “Depósito de Emigrados”, em Ponta Delgada.

³¹ Ver *Álbum Literário. Jornal literário e noticioso*, de 25 de Fevereiro de 1866, p. 47.

³² As récitas foram um meio eficiente para angariar fundos. Em 24 de Fevereiro de 1866 o Teatro de S. Carlos teve um benefício a favor destes emigrados, organizada por uma comissão composta pelo Marquês de Niza, velho amigo de Prim, Mendes Leal, Manuel de Jesus Coelho, Visconde de Soares Franco, Santana e Vasconcelos, Santos Silva, Tomás Ribeiro, Ricardo Guimarães, J. E. Garcia, Rebelo da Silva, Levy, Casal Ribeiro, Silveira da Mota e Latino Coelho (*O Braz Tisana*, n.º 38, 18 de Fevereiro de 1866). No Porto, o *Baquet* ofereceu a receita da sua representação do drama *Garibaldi*, de Pessoa e Alcântara Chaves, do dia 10 de Abril de 1866, aos emigrados espanhóis (*O Braz Tisana*, n.º 79, 10 de Abril de 1866). No mesmo sentido solidarizaram-se diversas companhias espanholas fixadas em Portugal.

Os jornalistas das duas ilhas contribuíram com os seus artigos para o acolhimento e a integração social dos militares, nomeadamente Francisco Maria Supico, director do jornal *A Persuasão*:

“ (...) A liberdade é o único, e por isso mesmo imenso astro de resplandecente luz que ilumina os povos no seu contínuo lidar pelo progresso. Há-de ser ela que um dia fará desaparecer as fronteiras das nações e reunirá os habitantes do mun-do inteiro em festim de fraternidade”³³.

Nos Açores foram constituídas comissões que integraram membros das elites, filiados de lojas maçónicas e camaradas de armas, como o comandante do “Depósito de Emigrados Espanhóis” de Ponta Delgada, o alferes Luís Leopoldino Borges Bicudo, membro da “Loja 17 de Março de 1866”. O exílio de espanhóis nos Açores por motivos políticos não constituía um caso inédito, embora nos anos de 1866-1868 a hospitalidade de que foram alvo tivesse ultrapassado a manifestação de sentimentos humanitários para se situar no plano ideológico³⁴. O jornal *Heroísmo* (Angra do Heroísmo - Açores), de 28 Janeiro 1866, louvava a acção do governo português e considerava Prim como “um dos homens mais liberais da nação vizinha”, assinalando que, “como liberal que nos prezamos de ser, felicitamos o valente general Prim pela atitude enérgica e liberal que se propõe seguir na sua cruzada de regeneração para a sua pátria”. Prim respondia aos elogios da imprensa portuguesa e exaltava o acolhimento aos seus militares, afirmando: “não me admira tal procedimento de um povo tão ilustrado e tão livre, mas não é por isso menos a minha gratidão” (Cordeiro e Silva, 2010: 178). Os militares espanhóis também usaram a imprensa para publicarem textos de reconhecimento, pelo modo afetuoso como foram recebidos e pelos apoios concedidos. Cordeiro e Silva (2010) dizem-nos que Manoel Marcos, comandante das praças colocadas na ilha Terceira, dirigiu, através da imprensa, um agradecimento à comissão de apoio que oferecera a cada militar um par de sapatos e um par de calças, “e associava a generosidade

³³ Excerto do artigo de Francisco Maria Supico, director do jornal *A Persuasão*, de Ponta Delgada, publicado a 1 agosto 1866.

³⁴ Em 1848 foram acolhidos na ilha de Santa Maria cinquenta e dois deportados espanhóis, alguns envolvidos numa rebelião na província de Andaluzia, no contexto da Segunda Guerra Carlista, outros que se tinham sublevado a bordo de um navio que viajava para Cuba (Cordeiro e Silva, 2010: 181).

no acolhimento à comunhão dos ideais liberais, numa ilha que, como lembrava, fora o primeiro baluarte da liberdade portuguesa” (Cordeiro e Silva, 2010: 184).

A figura de Isabel II recebia da imprensa portuguesa manifestações de pouco apreço. A sua visita a Lisboa, em Dezembro de 1866, foi alvo de reportagens que convergiam na cortesia dispensada nas cerimónias oficiais e nas manifestações populares, mas não ultrapassaram as regras da diplomacia. Nas entrelinhas, algumas crónicas mostravam que tal personagem não beneficiava dos afectos dos portugueses, antes era vista como figura de “mau agoiro”. Um comunicado publicado na *Sentinela da Liberdade* (Covilhã) sobre a referida viagem é paradigmático dessa aura atribuída à rainha:

“Veio a Portugal a rainha da Hespanha – foi recebida com a cortesia própria do povo, e do rei; demorou-se dois dias, e partiu: Deus a leve, que não deixou saudades. Antes de chegar à fronteira de Portugal o comboio em que ela vinha fez vinte e tantas vítimas, algumas morreram. Em Lisboa um oficial português que a acompanhava caiu do cavalo, e deu uma queda mortal. No combate simulado um pobre grumete foi morto pelo tiro de uma peça. Foi-se a rainha espanhola, Deus a leve para a sua terra. As suas graciosidades e cumprimentos de lenço não compensam os acidentes sucedidos àqueles infelizes. Deus a leve, que *de Espanha nem bom vento nem bom casamento*, diz o nosso rifão, e o rifão não mente. Haja muito embora boas relações de civilidade, mas mais nada”³⁵.

Em Maio de 1867 o governo espanhol amnistiou os soldados e cabos espanhóis envolvidos nos acontecimentos revolucionários de 1866, e o governo português enviou um barco às ilhas para os transportar para Cádiz. Com efeito, nem todos aceitaram a amnistia e seguiram rumo a Cádiz, “alguns preferiram ficar e aguardar o decorrer dos acontecimentos em Espanha” (Cordeiro e Silva, 2010: 187). O apoio e acolhimento das populações locais aos “revolucionários espanhóis” colidiam com os interesses dos estados ibéricos que decidiram criar novas convenções entre os dois países, sendo a questão dos desertores e dos refratários matéria fundamental nas relações entre Portugal e Espanha. Após os tratados de 1728 e 1823, o rei D. Luís e a rainha Isabel II ratificaram uma nova convenção a 25 de Junho de 1867, que visava a reciprocidade da extradição de criminosos, malfeitores e desertores. O ministro Sebastião Guedes Brandão de Mello, Conde de São Miguel, justificava que o assunto ganhava maior

³⁵ Ver *Sentinela da Liberdade*, de 20 de Dezembro de 1866, p. 3.

acuidade em Portugal, onde o número de espanhóis imigrados era muito superior ao dos portugueses que trabalhavam em Espanha:

“Havendo entre nós grande número de hespanhoes vindos para se empregarem em diferentes serviços, aumentaria o número, se déssemos asilo aos desertores e refratários com o que seria prejudicada a população das provincias hespanholas da raia e principalmente de Portugal. (...) De Hespanha anda muita gente em Portugal, e é muito diminuto o número de portugueses que vão servir ou negociar em Hespanha” (Pereira, 1995: 319).

A Convenção de 1867 veio justificar a violação da fronteira portuguesa por parte das autoridades espanholas na detenção de refugiados políticos exilados em Portugal, que geraram a indignação da imprensa e a resistência das populações locais. A 29 de Setembro de 1867, a primeira página do *Jornal do Porto* chamava a atenção para a “Invasão Hispanhola em Território Portuguez”, referindo-se à entrada de quarenta guardas civis e carabineiros na freguesia de Soutelinho da Raia, concelho de Chaves, “para virem arrancar da nossa hospitalidade alguns refugiados políticos”. Esta “invasão” noturna, frustrada pela intervenção popular, suscitou veementes protestos pela violação das leis portuguesas, das convenções internacionais e do direito das gentes. A pressão da polícia espanhola obrigou as autoridades portuguesas de Lisboa e Porto a apertarem a vigilância e controle sobre os refugiados políticos espanhóis, por meio de bilhetes de residência. A imprensa portuguesa insurgiu-se em coro contra a situação, defendendo que “o governo não podia consentir que em Portugal se conspirasse contra a ordem constituída em Espanha, mas também não podia obstruir a hospitalidade aos espanhóis residentes” (Pereira, 1995: 347).

A conjuntura de crise económica e o endurecimento do regime dirigido por Luis González Bravo (Abril a Setembro de 1868) criaram as condições favoráveis à “Gloriosa Revolução” de 18 de Setembro de 1868, onde a Armada se insurgiu em Cádiz contra os Bourbons, sob o comando do almirante Juan Bautista Topete, ao qual se juntaram os generais Prim e Serrano, assim como os militares exilados em Portugal. A Revolução de 1868 e a vitória liberal puseram termo ao exílio, e os militares da ilha de S. Miguel promoveram uma manifestação que percorreu as ruas de Ponta Delgada, saudando as autoridades e a população que os acolheu. A permanência de mais de dois anos nas ilhas criaram relações afectivas fortes, e alguns militares não regressaram a Espanha “por terem construído laços familiares na ilha Terceira” (Cordeiro e Silva, 2010: 187). A 27 de Dezembro de 1870 o general Prim sofreu um atentado em Madrid, do qual

acabaria por falecer três dias depois, quando se preparava para receber o monarca Amadeo de Sabóia (1845-1890), irmão da rainha portuguesa Maria Pia (1847-1911). Em 1871 Amadeo de Sabóia iniciou um conturbado reinado, marcado por um crescente movimento republicano, do qual abdicou em 1873, abrindo o caminho à proclamação da Iª República Espanhola (Muñoz de la Peña, 2006).

5. ALGUMAS REFLEXÕES

“A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória colectiva sirva para a libertação, e não para a servidão dos homens” (Le Goff, 1989).

A história da Península Ibérica está alicerçada em batalhas e capitulações militares, em ocupações territoriais que ressaltam a topologia do poder e identidades diferenciadas. Desta forma, as historiografias ibéricas serviram os interesses dos estados-nação na construção de identidades nacionais, apesar dos fenómenos identitários resultarem de processos históricos concretos, que remetem para a situação social, ideológica e simbólica de cada momento, condicionando as práticas dos indivíduos e das comunidades locais³⁶. Localmente, o discurso histórico perpetua e enfatiza a dicotomia entre o “nós” e os “outros”, considerando que o ensino da História e da língua são fundamentais na afirmação da “comunidade política imaginada” (Anderson, 2005). Porém, a etnografia mostra-nos que as fronteiras não se marcam apenas em mapas civis e militares, mas ao nível da vida social e cultural das populações (Godinho, 2011, Simões, 2013).

³⁶ Teófilo Braga referia que estas regiões, outrora prósperas sob o regime agrícola dos árabes, foram empobrecidas pela devastação da conquista cristã, pela doação de terras às ordens religiosas, e pela introdução da enfiteusa romana, conduzindo à “escravidão da terra depois da escravidão das pessoas”. A esterilidade da terra trouxe a fome periódica, a peste e a subserviência do povo às ordens religiosas. Estas atribuíam as calamidades à cólera divina, enquanto os que possuíam terras as doavam às ordens, para aplacarem as “iras divinas”. Mas “a miséria pública não dava aso a pensar, para descobrir a origem do mal (...) e só por um sistema tão habilmente montado de perversão das leis económicas, é que o catolicismo pode fazer na Península um reduto de prepotência clerical”: *O Povo Português, nos seus costumes de crenças e tradições*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1985, p. 111).

A população de Barrancos partilhou com os vizinhos da Extremadura e da Andaluzia um processo histórico similar, marcado por condições políticas, socioeconómicas e ideológicas concretas, para as quais contribuíram a influência árabe na península, o repovoamento por intervenção das ordens militares e religiosas, o sistema de vida pastoril e a agricultura como principais actividades económicas. A política de desamortizações do séc. XIX concentrou a propriedade num grupo social restrito, favorecendo o subaproveitamento agrícola e aumentando as assimetrias sociais, os conflitos laborais e as alternativas de sobrevivência económica, como as migrações, o contrabando e a (e)imigração (Simões, 2013: 63).

As lutas travadas pelo general Prim foram partilhadas, imaginadas e recriadas em ambos os lados da fronteira, por agentes sociais que o transformaram numa figura lendária. As homenagens em Espanha e a comemoração dos 150 anos da sua passagem por Barrancos mostra-nos que continua susceptível às mais diversas apropriações, assim como as relíquias que lhe estão associadas. O retrato equestre, oferecido ao administrador do concelho de Barrancos, Manuel Cláudio Pulido, em agradecimento pelo acolhimento recebido, assim como as espadas, são distintivos de poder de um património familiar. Estes artefactos foram expostos pela primeira vez no espaço público da Junta de Freguesia de Barrancos em 2008, no âmbito de uma exposição que assinalava a doação da Fundação Pulido Valente à Câmara Municipal de Barrancos de diversos artefactos (livros, documentos e instrumentos) do espólio particular de Martin Pulido, relacionados com a exploração mineira no concelho³⁷. As relíquias expostas ao escrutínio público, e potencialmente visíveis a qualquer observador, forneceram impressões do passado que prescindiram de intermediários. A exposição recriava o passado memorável de um grupo familiar que deteve o poder político e económico até ao 25 de Abril, no qual o general Juan Prim estava simbolicamente representado. Em 2009, um dos descendentes da família Pulido, residente em Barrancos, depositou à guarda do Museu Municipal de Arqueologia e Etnografia uma das espadas, num gesto simbólico de legitimação da ordem social presente. A exibição pública da espada permitiu resgatar para a comunidade um episódio circunscrito à memória colectiva das antigas elites, e recriar um fragmento do passado que garante a Barrancos um lugar na História dos estados ibéricos.

³⁷ A exploração mineira em Barrancos inicia-se nos finais do séc. XIX quase exclusivamente com registos e concessões de Manuel Martin Pulido, num surpreendente número de registos que nem em Moura nem em Mourão teve tal incidência (Simões, 2013: 89).

A comemoração de 2016 teve o propósito de reforçar a importância da história e da memória na construção de uma memória social local, ancorada na solidariedade e na reciprocidade com os vizinhos espanhóis. No Salão Nobre da Câmara Municipal, onde decorreu a cerimónia, o retrato e as espadas foram novamente expostas por gentileza das famílias que as detêm, de forma a testemunhar e legitimar esse legado, como um fragmento do passado que se teima em libertar para a comunidade. Ao evocar o passado o presidente da Câmara reafirmou uma identidade cultural raiana que foi, e é, uma “identidade resistência” (Castells, 1998: 29), forjada em estratégias de sobrevivência e interdependência económica contra a dominação e as políticas dos estados centrais e supranacionais. Como assinalou David Lowenthal (1998) lembrar o passado é crucial para o nosso sentido de identidade; saber o que fomos confirma o que somos, e a nossa continuidade depende inteiramente da memória. A “identidade resistência” deriva de contextos históricos marcados por assimetrias sociais, geradores de resistências quotidianas, “as armas dos fracos” (Scott, 1985), que em função de conjunturas específicas podem gerar “identidades projecto”, orientadas para a transformação das sociedades, em continuidade com os valores de uma resistência comunal que se opõe aos interesses globais estabelecidos pelos fluxos de capitais, pela sociedade de mercado e da informação (Castells, 1998: 396).

Enzo Traverso (2015) assinalou que o séc. XXI nasce num mundo sem utopias, que está inevitavelmente a olhar para o passado, e a emergência da memória no espaço público das sociedades ocidentais é a consequência desta mudança (Traverso, 2015: 412). A memória europeia do presente mostra-nos que as expectativas desapareceram e as experiências tomaram a forma de um campo de ruínas, em que vítimas massivas, maioritariamente anónimas e silenciosas dominam a nossa visão de uma história marcada por genocídios. Contrariamente, os usos políticos da memória em Barrancos não estão orientados para homenagear vítimas nem ruínas, antes figuras “heroicas”, como o general Prim ou o tenente Seixas³⁸, cujas lutas e acções convergem simbolicamente no lugar da fronteira, espaço de refúgio, de resistência, de trocas de bens e de valores intemporais. A dimensão cultural e simbólica da fronteira apresenta-se como o epicentro de uma memória social alicerçada na solidariedade com os vizinhos espanhóis, forjada na (re)construção de uma memória ibérica que se perdeu a favor de uma memória europeia emaranhada. Na recriação do passado intervêm agentes sociais significativos, que se adaptam e resistem às variações intermináveis dos tempos históricos, sem abdicarem dos valores comunais como projecto de futuro.



Fig. 3. Placa comemorativa fixada na entrada da Câmara Municipal de Barrancos

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, Benedict: *Comunidades Imaginadas. Reflexões sobre a Origem e a Expansão do Nacionalismo*, Lisboa, Edições 70, 2005.
- BOURDIEU, Pierre: *Razões Práticas. Sobre a Teoria da Acção*, Oeiras, Celta Editora, 2001.
- CAIRO CAROU, Heriberto, GODINHO, Paula e PEREIRO, Xerardo (coord.): *Portugal e Espanha - Entre discursos de centro e práticas de fronteira*, Lisboa, IELT/Edições Colibri, 2009.
- CASTELLS, Manuel: *El poder de la identidad. La era de la información. Economía, Sociedad y Cultura*, Alianza Editorial, Madrid, 1998.
- COBO ROMERO, Francisco: "La aparición de una nueva oligarquía. Alcalá la Real, paradigma de la (con) fusión entre política y propiedad", *Andalucía en la Historia*, Centro de Estudios Andaluces, 2009, 26: 16-21.

- CORDEIRO, Carlos e SILVA, Susana Serpa: ““Mártires da Liberdade”. O exílio de revolucionários espanhóis nos Açores (1866-1868) na perspetiva da imprensa local”. *Pasado y Memoria. Revista de Historia Contemporánea*, 9: 177-188, 2010.
- CONNERTON, Paul: *Como as Sociedades Recordam*, Oeiras, Celta Editora, 1999.
- COSTA, Padre António Carvalho da: *Corografia portuguesa e descripçam topográfica*, Braga, Typographia de Domingos Gonçalves Gouvea, 1868.
- COSTA, Américo: *Dicionário Corográfico de Portugal Continental e Insular, Vol.III*, Vila do Conde, ed. do autor, 1932.
- FENTRESS, James e WICKHAM, Chris: *Memória Social, novas perspectivas sobre o passado*, Lisboa, Teorema, 1994.
- GODINHO, Paula: *Oír o Galo Cantar Dúas Veces*, Ourense, Deputación Provincial de Ourense, 2011.
- “Discursos palacianos e resistências locais: O tratado de Limites entre Portugal e Espanha de 1864”, in *Portugal e Espanha - Entre discursos de centro e práticas de fronteira*, Lisboa, IELT/Edições Colibri, 2009, pp. 73-91.
- LE GOFF, Jacques: “Memória”, *Enciclopédia Einaudi*, vol.1 Memória/História, 1989, p.11-50,
- LOWENTHAL, David: *El pasado es un país extraño*. Madrid: Akal Universitaria, 1998.
- MUÑOZ DE LA PEÑA, Pablo Sapag: “La Gaceta de Madrid como instrumento propagandístico de Amadeo de Saboya (1870-1873)”, *Historia y comunicación social*, 11: 199-215, 2006.
- PEREIRA, Maria da Conceição Meireles. *A Questão Ibérica. Imprensa e Opinião (1980-1970)*. Vol. I. Dissertação para Doutoramento em História Moderna e Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1995.
- SAHLINS, Peter: *Frontières et identités nationales– La France et l’Espagne dans les Pyrénées depuis le XVIIe siècle*, Paris, Belin, 1996.
- SCOTT, James C.: *Weapons of the Weak. Everyday Forms of Peasant Resistance*, New Haven and London, Yale University Press, 1985.
- : *Los Dominados y el Arte de la Resistencia*, México, Editorial Txalaparta, 2003.

- SIDAWAY, James: “Signifying Boundaries: Detours around the Portuguese-Spanish (Algarve/Alentejo-Andalucía) Borderlands”, *Geopolitics*, vol.7, 1, 2002, pp.139–164
- SIMÕES, Dulce: *Frontera y Guerra Civil de España. Dominación, resistencia y usos de la memoria*. Badajoz, Departamento de Publicaciones da Diputación Provincial de Badajoz, 2013.
- TRAVERSO, Enzo: “Memórias europeias. Perspetivas emaranhadas”, in *Ditaduras e Revolução, democracia e políticas da memória*, Coimbra, Almedina, 2015, pp. 405- 426.
- : *Le passé, modes d’emploi. Histoire, mémoire, politique*, Paris, La Fabrique, 2005.
- VALCUENDE DEL RÍO, José María: *Fronteras, Territorios e Identificaciones Colectivas: Interacción Social, Discursos Políticos y Procesos Identitarios en la Frontera Sur Hispano-Portuguesa*, Sevilla, Fundación Blas Infante, 1998.

